

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

CREDENCIAMENTO Nº 09/2025

PROCESSO Nº 126/2025

VIGÊNCIA DO EDITAL: 12 (doze) meses

Torna-se público que o Município de Jacutinga/MG, por meio do Departamento de Licitações, sediado Praça dos Andradas, s/n, Centro, CEP 37590-000, realizará **CREDENCIAMENTO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do nº 5.312, de 29 de dezembro 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

I. DO OBJETO

- 1.1. O objeto do presente procedimento é o credenciamento de empresas para o fornecimento de combustível para a frota de veículos do Município de Jacutinga, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. O presente credenciamento se enquadra na hipótese do art. 212, inciso III, do Decreto nº 5.312, de 2023 e art. 79, inciso III da Lei 14.133 de 2021.
- 1.3. O credenciamento não obriga a administração pública a contratar.

2. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

- 2.1. Poderão participar deste credenciamento os interessados que estiverem previamente cadastrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf).
- 2.2. O interessado responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiros os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora do credenciamento por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema relacionado no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4. Não poderão participar do credenciamento:
 - 2.4.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 2.4.2. pessoa física ou jurídica que esteja impedida de licitar ou contratar com a administração pública federal em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 2.4.3. menores de 18 (dezoito) anos;
 - 2.4.4. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 2.4.5. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - 2.4.6. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.4.6.1. Diante da análise de conveniência e oportunidade, entende-se que é conveniente a vedação da participação de empresas reunidas em consórcio, eis que apenas uma empresa poderá prestar o serviço com a qualidade adequada, sendo, portanto, suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, de modo que não seria viável que duas empresas com objetos similares se reunissem em um consórcio para a prestação dos serviços licitados.

2.4.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, do credenciamento ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.5. O impedimento de que trata o item 2.4.2 será também aplicado ao interessado que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do interessado.

2.6. Em contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2021/Lei_14133_2021.html).

2.7. A vedação de que trata o item 2.4.7. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE SE CREDENCIAR.

3.1. Os interessados deverão estar previamente cadastrados no Sicaf e encaminharão, exclusivamente por meio eletrônico no e-mail comissaopermanente@jacutinga.mg.gov.br, até um dia antes da análise da documentação, o requerimento de participação com a indicação de sua intenção de se credenciar para a prestação dos serviços, com as seguintes informações:

3.1.1. Descrição detalhada do objeto.

3.1.2. Atestar o cumprimento dos requisitos de habilitação para a prestação dos serviços.

3.1.3. Ficha de inscrição, anexo III, devidamente preenchida.

3.2. Todas as especificações do objeto vinculam o interessado.

3.3. No valor da contratação estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

3.4. A apresentação do requerimento de participação com a indicação da intenção de se credenciar implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições contidas no Termo de Referência, assumindo o credenciado o compromisso de executar o objeto nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.5. No requerimento de participação com a indicação de sua intenção de se credenciar, o interessado apresentará também declaração que:

3.5.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que o valor da contraprestação compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.5.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.5.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.5.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.6. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração ou por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

3.7. O interessado organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.8. A falsidade da declaração de que trata o item 3.5 sujeitará o interessado às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4. DA HABILITAÇÃO

4.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do interessado de realizar o objeto do credenciamento, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

4.3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

4.4. Na hipótese de o interessado ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

4.5. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

4.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser apresentados em formato digital, enviados via e-mail, onde será realizado o recebimento dos interessados no credenciamento.

4.7. O órgão credenciante terá o prazo de máximo de 10 (dez) dias úteis para analisar a documentação apresentada pelo interessado.

4.8. A análise da documentação será realizada à medida que for recebida.

4.9. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido pelo município de Jacutinga, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

4.10. O interessado deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que o valor da contratação compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da apresentação do requerimento de participação.

- 4.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, em relação aos documentos por ele abrangidos.
- 4.12. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 4.13. É de responsabilidade do interessado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 4.14. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 4.15. A verificação pela comissão de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 4.16. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados via e-mail (comissaopermanente@jacutinga.mg.gov.br), até a conclusão da fase de habilitação.
- 4.17. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- 4.18. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelo interessado; e
- 4.19. atualização de documentos cuja validade tenha expirado.
- 4.20. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterarem sua substância ou validade jurídica.
- 4.21. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação no credenciamento.

5. DOS RECURSOS

- 5.1. A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação de interessados, à anulação ou revogação do credenciamento, observará o disposto no art. 17 do Decreto nº 11.878, de 2024.
- 5.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de publicação da decisão.
- 5.3. Quando o recurso apresentado impugnar o ato de habilitação ou inabilitação do interessado:
- 5.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada em 03 (três) dias úteis, sob pena de preclusão;
- 5.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de publicação da decisão.
- 5.4. Os recursos deverão ser encaminhados por meio eletrônico no Portal de Compras ou através do e-mail: comissaopermanente@jacutinga.mg.gov.br.
- 5.5. O recurso será dirigido à comissão de contratação, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 5.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 5.7. O recurso e o pedido de reconsideração não terão efeito suspensivo.
- 5.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 5.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.jacutinga.mg.gov.br.

6. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 6.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o interessado que, com dolo ou culpa:
- 6.1.1. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade do credenciamento;

- 6.1.2. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 6.1.3. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o credenciamento;
- 6.1.4. fraudar o credenciamento;
- 6.1.5. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 6.1.6. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 6.1.7. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 6.1.8. apresentar documento falso;
- 6.1.9. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento;
- 6.1.9.1. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 6.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos credenciados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 6.2.1. advertência;
- 6.2.2. multa;
- 6.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 6.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 6.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 6.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 6.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 6.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 6.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 6.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 6.4. A multa será recolhida em percentual de 20% incidente sobre o valor do contrato, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da comunicação oficial.
- 6.4.1. Para as infrações previstas nos itens 6.1.1, 6.1.2, a multa será de 15% do valor do contrato.
- 6.4.2. Para as infrações previstas nos itens 6.1.3., 6.1.4, 6.1.5, 6.1.6, 6.1.7, 6.1.8, e 6.1.9., a multa será de 20% do valor do contrato.
- 6.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 6.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 6.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 6.1.3 e 6.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 6.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 6.1.5, 6.1.6, 6.1.7, 6.1.8 e 6.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 6.9. A recusa injustificada do credenciado em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita nos itens 6.1.1 e 6.1.2,

caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia em favor do órgão ou entidade credenciante, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

6.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

6.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

6.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

6.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

6.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

7.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos enquanto este permanecer em vigor.

7.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail comissaopermanente@jacutinga.mg.gov.br, ou por petição protocolada na Praça dos Andradas, s/n, Centro, Jacutinga/MG, CEP: 37590-000.

7.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado por meio eletrônico no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

7.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

7.5. Acolhida a impugnação, o edital retificado será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

8. DA DIVULGAÇÃO DA LISTA DE CREDENCIADOS

8.1. O resultado, com a lista de credenciados relacionados de acordo com o critério estabelecido no edital, será publicado e estará permanentemente disponível e atualizado no PNCP e no site oficial do município.

9. DA CONTRATAÇÃO

9.1. Após divulgação da lista de credenciados, o órgão ou a entidade poderá convocar o credenciado para assinatura do instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. A administração poderá convocar o credenciado durante todo o prazo de validade do credenciamento para assinar o contrato ou outro instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e no edital de credenciamento.

9.3. O prazo para assinatura do instrumento contratual pelo credenciado, após convocação pela administração, será de 03 (três) dias úteis.

9.4. O prazo de que trata o item 9.3 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação, devidamente justificada, do credenciado durante o seu transcurso, desde que o motivo apresentado seja aceito pela administração.

9.5. Previamente à emissão de nota de empenho e à contratação, a administração deverá realizar consulta ao Sicaf para identificar possível impedimento de licitar e contratar.

9.6. O prazo de vigência dos contratos decorrentes do presente credenciamento será de 1 (um) ano podendo ser prorrogado na forma da Lei 14.133/21.

9.7. Os contratos decorrentes de credenciamento poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.8. É vedado o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração.

10. CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DA ORDEM DE CONTRATAÇÃO DOS CREDENCIADOS.

10.1. A convocação dos credenciados para contratação garantirá a igualdade de oportunidade entre os interessados.

10.1.1. A ordem inicial de rodízio se dará de acordo com a ordem de credenciamento.

10.1.2. O credenciado escolhido será comunicado por correspondência eletrônica (e-mail) ou via postal e deverá comparecer à sede da Prefeitura Municipal no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar do recebimento do comunicado, para assinar o contrato de prestação de serviços.

10.1.3. Ocorrendo a primeira recusa para o atendimento, por parte do credenciado, o mesmo será remanejado para o final da fila de credenciados. Caso haja duas negativas, seu nome será excluído da lista de credenciados.

10.1.4. A recusa devidamente justificada poderá ser aceita pela secretaria solicitante. Nesse caso, o credenciado não será deslocado para o final da fila, permanecendo na mesma ordem de classificação e, a recusa não será considerada para a exclusão de que trata o item.

10.1.5. Os selecionados que apresentarem pendências no momento da contratação terão o prazo de 24 (vinte e quatro) horas após a do comunicado para regularizar a pendência e atualizar a documentação apresentada no momento da contratação, sob pena de ser preterida sua contratação e passar a ser o último colocado da lista de credenciados.

10.1.6. Na falta de manifestação, desistência expressa ou irregularidade da documentação exigida do interessado no prazo estabelecido no item 10.1.5., a secretaria poderá convocar o próximo credenciado.

11. DA ANULAÇÃO, DA REVOGAÇÃO E DO DESCREDENCIAMENTO

11.1. O edital de credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da administração.

11.2. Na hipótese de anulação do edital de credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto nos art. 147 ao art. 150 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3. A revogação do edital de credenciamento não repercutirá nos instrumentos já celebrados que dele resultaram.

11.4. Será realizado o descredenciamento quando houver:

11.4.1. pedido formalizado pelo credenciado, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

11.4.2. perda das condições de habilitação do credenciado;

11.4.3. descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e

11.4.4. sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

11.5. O pedido de descredenciamento de que trata o item 11.4.1 não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles decorrentes.

11.6. Nas hipóteses previstas nos subitens 11.4.2 e 11.4.3, além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

11.7. Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.

11.8. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular.

12. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL

12.1. O presente edital terá prazo de vigência de 12 meses, podendo ser prorrogado na forma da Lei 14.133/2021.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do interessado, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.3. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.4. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico do município: www.jacutinga.mg.gov.br.

13.5. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 13.5.1. ANEXO I - Termo de Referência
- 13.5.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar
- 13.5.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato
- 13.5.3. ANEXO III – Ficha de Inscrição
- 13.5.4. ANEXO IV – Carta de Compromisso
- 13.5.5. ANEXO V – Declarações Conjuntas
- 13.5.6. ANEXO VI – Modelo de Requisição

Jacutinga, 17 de julho de 2025

Aderbal César Fávaro
Secretário Municipal de Fazenda

Alex Aparecido Rodrigues
Secretário Municipal de Governo

João Paulo Facanali de Oliveira
Secretário Municipal de Educação

Millene de Lima Costa
Secretária Municipal de Saúde

Valdir de Freitas Vilela
Secretário Municipal de Assistência Social

João Vitor Vicentini Grossi
Secretário Municipal de Obras

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – Decreto Municipal nº 5.312, de 29 de dezembro de 2023.



CREDENCIAMENTO

Prefeitura Municipal de Jacutinga
(Processo Administrativo nº 126/2025)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Credenciamento de empresas para o fornecimento de combustível para a frota de veículos do Município de Jacutinga, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição do Produto	Qte	Unid.	Marca	Valor Unit.	Valor Total
1	ETANOL (ÁLCOOL) COMUM. Etanol (álcool), uso: para automotivos, classificação: comum.	1	LT		96.647,38	96.647,38
2	GASOLINA COMUM. Gasolina, uso: para automotivos, classificação: comum, índice de octanagem: IAD 87 min.	1	LT		2.954.558,53	2.954.558,53
3	OLEO DIESEL S-10 Óleo diesel, uso: automotivo, apresentação: com biodiesel, composição: concentração de enxofre 10 mg/kg.	1	LT		3.085.059,68	3.085.059,68
4	ÓLEO DIESEL S500 Óleo diesel, uso: automotivo, apresentação: com biodiesel, composição: concentração de enxofre 500 mg/kg.	1	LT		2.360.899,55	2.360.899,55
5	REAGENTE ARLA 32. Solução, tipo: arla-32, composição: 32,50% uréia pura e água deionizada, apresentação: líquido.	1	LT		59.049,81	59.049,81

1.2. O credenciamento não gera direito à contratação, ficando o mesmo condicionado a ordem de credenciamento, bem como à necessidade do município.

1.3. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Os critérios de sustentabilidade que devem ser atendidos se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O início da prestação dos serviços deverá ser imediatamente após o recebimento da ordem de início de serviços.

5.2. O fornecimento ocorrerá em todos os dias da semana, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

5.3. O fornecimento dos combustíveis deverá ser de forma parcelada, conforme necessidade das Secretarias Municipais e ocorrerá nas dependências do POSTO DE COMBUSTÍVEL, e somente deverá ser efetuada mediante a apresentação, por parte do motorista, da Requisição de Fornecimento do Combustível, emitida e devidamente assinada pelo responsável indicado pela Secretaria requisitante.

5.4. Após cada abastecimento, o posto deverá emitir **cupom fiscal**, o qual será anexado à requisição para controle e verificação da correta prática dos preços cobrados, divididos por Secretaria, conforme o consumo dos veículos de cada centro de custo.

5.5. Os postos credenciados deverão, quinzenalmente, **enviar os arquivos XML** de cada cupom ou nota fiscal eletrônica para o e-mail da Ordem de Fornecimento de cada Secretaria.

DA INSCRIÇÃO

5.6. A inscrição será gratuita e o ato de inscrição pressupõe plena concordância com os termos previstos neste Termo de Referência e no Edital.

5.7. Poderão participar deste credenciamento os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

5.8. As inscrições serão feitas a partir da publicação do edital.

5.9. A análise da documentação será realizada à medida que for recebida.

5.10. O Município de Jacutinga terá o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis para analisar a documentação apresentada pelo interessado.

5.11. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, em relação aos documentos por ele abrangidos.

5.12. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do e-mail comissaopermanente@jacutinga.mg.gov.br, em formato digital até a conclusão da fase de habilitação.

5.13. Não serão aceitas inscrições para credenciamento de forma física (papel).

5.14. É de responsabilidade do interessado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.5. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.6. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato da secretaria de educação, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.8. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.9. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

6.10. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.11. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.13. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.14. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.15. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.16. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.18. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.19. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.20. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.21. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.22. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Do recebimento

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, pelos fiscais mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências.

7.4. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.5. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências.

7.6. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.6.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.6.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.6.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.6.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.7. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.8. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.8.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.8.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.8.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.8.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.8.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.10. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.12. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.13. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.14.1. o prazo de validade;

7.14.2. a data da emissão;

7.14.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.14.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.14.5. o valor a pagar; e

7.14.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.15. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.16. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.17. A Administração deverá realizar consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas.

7.18. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.19. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.20. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.21. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

7.22. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.23. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Forma de pagamento

7.24. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.25. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.26. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.26.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.27. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O interessado será selecionado por meio da realização de procedimento de inexigibilidade de licitação, com fundamento na hipótese do art. 74, IV, e art. 79, III da Lei nº 14.133/2021.

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o interessado em se credenciar comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.7. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.9. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.14. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-Financeira

8.19. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.19.1. empresas em recuperação judicial e extrajudicial, não estão impedidas de participar, desde que apresentem o plano de recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor.

Qualificação Técnica

8.20. Certificado do Corpo de Bombeiros que contemple a habilitação para atividade de revenda varejista

de combustíveis.

8.21. Registro ou inscrição junto à AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP) para comprovação de que o posto de abastecimento é autorizado a exercer atividade de revenda de combustíveis no varejo, conforme Resolução ANP nº 948, de 05 de outubro de 2023, ou outra que vier a substituí-la.

8.22. Licença de Operação expedida pela Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM (resolução CONAMA nº 273, de 29.11.2000), ou Autorização Ambiental de Funcionamento (AFF) expedida pelo órgão ambiental estadual competente, na forma das Deliberações Normativas COPAM nºs 50 de 28.11.2001 e 108 de 24.05.2007.

Caso seja dispensada a apresentação de alguma documentação solicitada nos itens acima, a empresa deverá apresentar a norma (Lei, Instrução Normativa e afins) que o isente da apresentação.

DEMAIS DOCUMENTAÇÕES

8.23. FICHA DE INSCRIÇÃO, integralmente preenchida e assinada pelo proponente.

8.23.1. O não preenchimento de quaisquer campos previstos na referida Ficha acarretará a inabilitação do proponente.

8.24. CARTA DE COMPROMISSO, integralmente preenchida e assinada pelo proponente.

8.25. As Inscrições realizadas em desacordo com as exigências acima serão desclassificadas.

8.26. A avaliação da documentação exigida acima será realizada pela Comissão Contratação, nomeada pela portaria nº 4.516/2025, e será publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município – DOEM.

9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. São obrigações do Contratante:

9.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o termo de referência, e contrato e seus anexos;

9.3. Receber o serviço no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

9.4. Fornecer as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

9.5. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

9.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.7. Comunicar o contratado para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

9.9. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste edital, anexos;

9.10. Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

9.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

9.11.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

9.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

9.13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

9.14. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do [art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.15. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

10.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência, do Edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

10.4. Fornecer os equipamentos necessários, na qualidade e quantidade especificadas, nos termos de sua proposta;

10.5. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

10.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

10.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique na execução dos serviços.

10.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, aos documentos relativos à execução do contrato.

10.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.11. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos.

10.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, observada a legislação;

10.13. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

10.14. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

11. DO DESCREDENCIAMENTO

11.1. Será realizado o credenciamento quando houver:

11.1.1. pedido por escrito formalizado pelo credenciado, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

11.1.2. perda das condições de habilitação do credenciado;

11.1.3. descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e

11.1.4. sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

11.1.5. De comum acordo entre as partes, mediante comunicação escrita antes de ser convocado para apresentação.

12. DO INDEFERIMENTO DA INSCRIÇÃO

12.1. A não apresentação de qualquer um dos documentos listados no item 8, em desacordo com o estabelecido neste Termo de Referência ou no Edital, implicará no indeferimento da inscrição e a respectiva desclassificação do Proponente.

12.2. As inscrições em desacordo com o exigido não serão avaliadas e, conseqüentemente serão desclassificadas.

13. DENÚNCIA PELOS USUÁRIOS

13.1. O fiscal do contrato mediará problemas relatados pelos usuários no que tange aos serviços prestados pelos CREDENCIADOS. As reclamações poderão ser realizadas diretamente com a comissão de contratação, telefone (35) 3443-1022 – e-mail: comissaopermanente@jacutinga.mg.gov.br

14. DO PRAZO DE VIGENCIA DO CREDENCIAMENTO

14.1. O presente credenciamento ficará aberto pelo período de 12 (doze) meses, após o qual, persistindo a necessidade, poderá ser prorrogado ou poderá ser instaurado novo procedimento.

14.2. O Edital poderá ser revogado por ato unilateral da Administração, desde que devidamente justificado, quando o interesse público assim o exigir, sem indenização a terceiros.

15. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

15.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 8.556.214,95 (oito milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil, duzentos e quatorze reais e noventa e cinco centavos), conforme custos unitários apostos na tabela constante no item 1.1 deste termo de referência.

16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

Ficha	Exer. Fic.	Unid. Exec.	Funcional	Categoria
427	2025	020504	12.364.1011.2103.0000	3.3.90.30.01

APÊNDICE AO ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1 - INFORMAÇÕES BÁSICAS

Este Estudo Técnico Preliminar integra o Processo Administrativo nº 126/2025, Inexigibilidade nº 027/2025 e Credenciamento nº 009/2025, com a finalidade de realizar **credenciamento para contratação de empresas para o fornecimento de combustíveis**, destinado a abastecer a frota de veículos pertencentes à Prefeitura Municipal e suas Secretarias por um período de 12 meses. Este documento servirá de base para a elaboração do Termo de Referência e será anexado como Anexo I.

2 - DIRETRIZES QUE NORTEARÃO ESTE ETP

A elaboração deste ETP segue as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos).

3 - DESCRIÇÃO SUCINTA DO OBJETO

O presente processo licitatório tem por objeto o **credenciamento de empresas para o fornecimento de combustíveis**, destinado ao abastecimento da frota de veículos pertencente à Prefeitura Municipal e suas respectivas Secretarias.

O fornecimento compreenderá combustíveis como gasolina, etanol, reagente arla, diesel comum e diesel S10.

O objeto possui **caráter continuado**, sendo essencial para a manutenção das atividades do setor público municipal, uma vez que as necessidades de abastecimento são permanentes e recorrentes.

Os combustíveis a serem adquiridos enquadram-se na **classificação de bens comuns**, conforme definido no art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, visto que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente especificados no edital, com base em parâmetros usuais de mercado. Além disso, o objeto não se caracteriza como bem de luxo, conforme disposto no Decreto nº 10.818/2021.

Este credenciamento está amparado na hipótese prevista no inciso III do art. 79 da Lei nº 14.133/2021.

4 - JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O fornecimento de combustíveis é essencial para a **manutenção e funcionamento da frota de veículos oficiais** do Município. Como atividade-meio da Administração, o abastecimento é imprescindível para a realização das atividades finalísticas do poder público. Por isso, a contratação de empresas especializadas para fornecimento de combustíveis se justifica pela necessidade de garantir o abastecimento **ininterrupto**, assegurando a continuidade dos serviços prestados à população.

Poderão se credenciar postos de combustíveis situados em um raio de até **10 km da sede da Prefeitura**, medida que visa garantir eficiência, prontidão e controle na operação da frota, além de reduzir custos operacionais.

Dessa forma, o **credenciamento se apresenta como a forma mais viável de contratação**, pois permite à Administração criar uma rede de fornecedores em condições padronizadas, conforme definido no edital, viabilizando o fornecimento simultâneo por todos os interessados devidamente habilitados.

5 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Do Objeto:

O objeto será fornecido de forma **parcelada e continuada**, de acordo com a demanda das Secretarias Municipais.

Os tipos de combustíveis a serem fornecidos são: **gasolina comum, etanol, reagente ARLA 32, óleo diesel comum e diesel S-10.**

O posto revendedor interessado em se credenciar deverá estar em conformidade com as disposições da **Resolução ANP nº 948, de 5 de outubro de 2023**, ou outra que venha a substituí-la.

Para atender adequadamente à demanda, os credenciados deverão comprovar:

- Certificado do Corpo de Bombeiros**, que comprove habilitação para a atividade de revenda varejista de combustíveis;
- Registro ou inscrição junto à ANP**, demonstrando que o posto está autorizado a exercer a atividade de revenda de combustíveis no varejo, conforme Resolução ANP nº 948/2023;
- Licença de Operação expedida pela Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM** (resolução CONAMA nº 273, de 29.11.2000), ou **Autorização Ambiental de Funcionamento (AFF)** expedida pelo órgão ambiental estadual competente, na forma das Deliberações Normativas COPAM nºs 50 de 28.11.2001 e 108 de 24.05.2007.
- Adequação às especificações técnicas da ANP** quanto à qualidade dos combustíveis.

A vigência inicial da contratação será de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado conforme previsto nos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

5.2. Da Sustentabilidade:

Com base na **Cartilha do Posto Revendedor de Combustíveis da ANP**, os seguintes critérios e práticas de sustentabilidade serão incorporados como exigências técnicas e/ou obrigações contratuais:

- Licenciamento ambiental**, nos termos da Resolução CONAMA nº 273/2000;
- Armazenamento de combustíveis automotivos em **tanques subterrâneos**, salvo nos casos de revenda marítima ou flutuante, conforme normas aplicáveis;
- Caso haja **perda de estoque superior a 0,6%**, o posto deverá apurar as causas e tomar as devidas providências, informando as variações no Livro de Movimentação de Combustíveis (LMC);
- Descarte ambientalmente adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado**, com comprovação por certificado emitido por empresa coletora autorizada, a ser arquivado pelo prazo de seis meses.

5.3. Da Amostra:

Não será necessária a **avaliação de amostras** para aceitabilidade da proposta.

5.4. Da Comprovação da Qualidade do Combustível:

Não haverá indicação de marca comercial na contratação. Contudo, conforme o **art. 20, § 2º da Resolução ANP nº 948/2023**, aplicam-se as seguintes diretrizes:

Posto bandeirado: Quando optar por exibir a marca comercial de um distribuidor, o posto deverá vender somente combustíveis fornecidos pelo distribuidor detentor da marca comercial exibida aos consumidores.

Posto bandeira branca: Quando optar por não exibir marca comercial de nenhuma distribuidora, o posto deverá identificar, de forma destacada e de fácil visualização pelos consumidores, em cada bomba abastecedora, o distribuidor fornecedor do respectivo combustível.

O Município poderá, a qualquer tempo e **sem aviso prévio**, solicitar a **análise do combustível fornecido**.

5.5. Da Subcontratação:

É **vedada a subcontratação do objeto**, nos termos do art. 122, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

5.6. Garantia da Contratação:

Não será exigida **garantia contratual**, conforme previsto nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que os pagamentos serão realizados apenas após o fornecimento efetivo e mediante solicitação formal.

5.7. Garantia dos Produtos:

Aplica-se o prazo de garantia previsto no **Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990)**.

5.8. Do Fornecimento de Combustível:

O fornecimento ocorrerá em **todos os dias da semana**, inclusive aos sábados, domingos e feriados. O **fornecimento dos combustíveis deverá ser de forma parcelada**, conforme necessidade das Secretarias Municipais e ocorrerá nas dependências do **POSTO DE COMBUSTÍVEL**, e somente deverá ser efetuada mediante a apresentação, por parte do motorista, da **Requisição de Fornecimento do Combustível**, emitida e devidamente assinada pelo responsável indicado pela Secretaria requisitante.

5.9. Da entrega:

Após cada abastecimento, o posto deverá emitir **cupom fiscal**, o qual será anexado à requisição para controle e verificação da correta prática dos preços cobrados, divididos por Secretaria, conforme o consumo dos veículos de cada centro de custo.

Além disso, os postos credenciados deverão, quinzenalmente, **enviar os arquivos XML** de cada cupom ou nota fiscal eletrônica para o e-mail da Ordem de Fornecimento de cada Secretaria.

O objetivo é permitir o controle e verificação de preços, garantindo que os valores cobrados estejam em conformidade com os preços previamente acordados ou praticados durante o respectivo período.

O envio dos arquivos será **obrigatório** e integrará o processo de fiscalização e controle de gastos com combustíveis.

5.10. Da Fiscalização:

A fiscalização será exercida pela Prefeitura durante todo o período de vigência do contrato.

Caso sejam constatadas irregularidades no fornecimento, os combustíveis deverão ser substituídos **imediatamente**, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis, incluindo rescisão contratual.

5.11. Documentação para Habilitação:

Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto serão exigidos nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

6 - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E DE VALORES

Nos termos do art. 79, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, para mercados fluidos, como o de combustíveis, a Administração deve registrar os preços praticados no mercado **no momento da contratação**.

Contudo, os **preços divulgados pela ANP¹** não contemplam diretamente o município de Jacutinga/MG. Por isso, adotou-se como base o **preço referencial nacional (Brasil)**.

Foi realizada pesquisa local nos postos de combustíveis de Jacutinga, com o intuito de verificar os preços praticados e evitar tanto a formalização de um processo com **preço inexequível**, quanto a ocorrência de **sobrepço**. Para tanto, foram contatados os seguintes fornecedores:

Item	Preços da tabela ANP – Brasil (semana de 29/6/2025 a 05/7/2025)			Preço praticado no município de Jacutinga/MG				
	Consulta em 14/07/2025.			Consulta em 11/07/2025.				
	Mínimo	Médio	Máximo	Cooperativa	Nova Aliança	Miranda e Neto	Banco de preços	Média Unitária
GASOLINA COMUM	R\$ 4,99	R\$ 6,23	R\$ 8,99	R\$ 6,15	R\$ 6,13	R\$ 6,13	R\$ 6,59	R\$ 6,25
ETANOL (ÁLCOOL) COMUM	R\$ 3,19	R\$ 4,16	R\$ 6,49	R\$ 4,49	R\$ 4,45	R\$ 4,45	R\$ 4,82	R\$ 4,55
ÓLEO DIESEL S500	R\$ 5,29	R\$ 5,98	R\$ 8,19	R\$ 6,29	R\$ 5,99		R\$ 6,45	R\$ 6,24
ÓLEO DIESEL S-10	R\$ 5,29	R\$ 6,05	R\$ 8,99	R\$ 6,36	R\$ 6,09		R\$ 6,98	R\$ 6,48
REAGENTE ARLA 32					R\$ 3,65		R\$ 3,88	R\$ 3,77

Com base na média dos valores obtidos, verificou-se que os preços praticados localmente estão acima da média ou do valor mínimo divulgado pela ANP para o Brasil.

Diante disso, o Município de Jacutinga, remunerará os credenciados, usando como base os preços MÉDIOS registrados na tabela semanal da ANP para o Brasil. Serão sempre respeitados os valores médios da ANP para o Brasil, exceto quando o valor da bomba estiver abaixo da média; neste caso, será utilizado o valor da bomba.

Critérios Complementares de Preço

A tabela da ANP será consultada semanalmente, e prevalecerá sempre o menor valor entre o preço de bomba praticado pelo posto e o valor médio divulgado pela ANP para o Brasil.

Inclusive, se o posto revendedor, estipular preço diferenciado para pagamento a prazo e a vista, conforme art. 20, § 1º, da Resolução ANP nº 948, de 2023, deverá ser considerado, para a análise tratada aqui, **O PREÇO PARA PAGAMENTOS À VISTA**.

Quadro de Estimativa de Consumo e Valores

As quantidades indicadas no quadro de estimativa têm caráter meramente referencial, destinando-se exclusivamente a oferecer subsídios aos interessados para avaliação do potencial de fornecimento. Dessa forma, tais quantidades **não representam, sob nenhuma circunstância, compromisso ou garantia de aquisição por parte da Administração**, estando sujeitas à variação conforme a demanda real. Além disso, deverá ser observado o **critério de distribuição da demanda**, especialmente nos casos em que houver mais de um posto credenciado para o(s) respectivo(s) item(ns). Os valores unitários e totais estimados de cada item estão apresentados na tabela a seguir:

¹ Levantamento de Preços de Combustíveis (últimas semanas pesquisadas) — Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

Item	Descrição do Produto	Qte	Unid.	Valor Unit.	Valor Total
1	ETANOL (ÁLCOOL) COMUM. Etanol (álcool), uso: para automotivos, classificação: comum.	1	LT	R\$ 96.647,38	R\$ 96.647,38
2	GASOLINA COMUM. Gasolina, uso: para automotivos, classificação: comum, índice de octanagem: IAD 87 min.	1	LT	R\$ 2.954.558,53	R\$ 2.954.558,53
3	OLEO DIESEL S-10 Óleo diesel, uso: automotivo, apresentação: com biodiesel, composição: concentração de enxofre 10 mg/kg.	1	LT	R\$ 3.085.059,68	R\$ 3.085.059,68
4	OLEO DIESEL S500 Óleo diesel, uso: automotivo, apresentação: com biodiesel, composição: concentração de enxofre 500 mg/kg mg/kg.	1	LT	R\$ 2.360.899,55	R\$ 2.360.899,55
5	REAGENTE ARLA 32. Solução, tipo: arla-32, composição: 32,50% uréia pura e água deionizada, apresentação: líquido.	1	LT	R\$ 59.049,81	R\$ 59.049,81

O valor estimado total desta contratação é de R\$ 8.556.214,95 (oito milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil, duzentos e quatorze reais e noventa e cinco centavos).

7 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

A contratação por **credenciamento de postos de combustíveis** está fundamentada no art. 79, inciso III, da Lei nº 14.133/2021. Essa modalidade é especialmente adequada para **mercados fluidos**, como o de combustíveis, que apresentam variações constantes de preços e condições operacionais.

Os valores de referência são obtidos por meio da **tabela semanal da ANP**. Essa prática possibilita que os preços praticados reflitam o mercado real, evitando defasagens e prejuízos à Administração.

Uma vez credenciados, os postos passam a compor um **cadastro de fornecedores**, que podem ser acionados conforme critérios como logística, proximidade e conveniência operacional.

O uso da tabela da ANP como referência garante:

- **Flexibilidade** na contratação;
- **Economia** aos cofres públicos;
- **Aderência ao mercado**;
- **Eficiência** superior aos modelos tradicionais de licitação.

Contudo, esse modelo exige **gestão ativa e controles eficientes**, para garantir conformidade, isonomia e transparência durante a execução contratual.

8 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Optou-se pelo **credenciamento de postos de combustíveis**, com base nos arts. 74, inciso IV, e 79, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

8.1. Justificativas para a Escolha da Solução

- **Segurança jurídica:** A modalidade está prevista legalmente e é plenamente aplicável ao fornecimento de combustíveis.
- **Seleção criteriosa:** Os fornecedores serão habilitados conforme critérios técnicos, garantindo capacidade, idoneidade e atendimento contínuo.
- **Ajuste à realidade do mercado:** A volatilidade dos preços inviabiliza a fixação por longos períodos, tornando o credenciamento a forma mais eficaz.

- **Concorrência permanente:** Vários postos poderão ser credenciados, com preços atualizados semanalmente, incentivando a competitividade.
- **Eficiência logística:** Permite atendimento descentralizado e redução de deslocamentos desnecessários.
- **Continuidade do fornecimento:** A entrada de novos fornecedores durante a vigência evita desabastecimento.

Portanto, a contratação por credenciamento é **a solução mais eficiente, econômica e juridicamente segura** para o abastecimento da frota da Prefeitura de Jacutinga/MG.

8.1. Critérios de Distribuição da Demanda entre os Credenciados

8.1.1. Do Rodízio Semanal

O Município de Jacutinga/MG adotará o **rodízio semanal** como critério para distribuição da demanda entre os postos credenciados. A ordem de fornecimento seguirá a sequência de credenciamento:

- O **primeiro posto credenciado** será o primeiro a fornecer;
- Os demais seguirão na ordem de adesão ao edital, respeitando o cronograma semanal.

O rodízio iniciará **sempre às terças-feiras**, com duração até a segunda-feira seguinte, totalizando 7 (sete) dias de fornecimento por posto, e ocorrerá automaticamente, independente de feriados.

8.1.2. Da Ordem de Contratação dos Credenciados:

A convocação dos credenciados para contratação garantirá a igualdade de oportunidade entre os interessados, a partir da observância dos seguintes critérios de distribuição da demanda:

- a) Caso se credencie mais de um posto, os veículos serão encaminhados de forma igualitária entre estes, na forma de rodízio semanal, de forma que todos os credenciados realizem o fornecimento;
- b) A ordem de contratação e o início do rodízio serão determinados com base na data e hora de solicitação do credenciamento recebida, seguindo essa ordem sucessivamente, caso haja mais de um posto credenciado, desde que estejam devidamente aptos;
- c) O abastecimento eventual dos veículos em posto de abastecimento diverso do originariamente definido será realizado em caso de emergência, quando não for realmente possível o seu deslocamento até o credenciado cujo rodízio esteja correndo, e deverá ser autorizado pelo gestor responsável;
- e) No caso das máquinas em serviço, será realizado o abastecimento no posto credenciado mais próximo à da máquina a ser abastecida, ocasionando um menor custo para o município com o deslocamento ao local de abastecimento.

8.2. Duração do Credenciamento e do Contrato

O edital de chamamento público ficará vigente por **prazo indeterminado**, permitindo o **credenciamento contínuo** de novos interessados.

Por se tratar de contratação de serviços e/ou fornecimentos contínuos, poderá ser prorrogada nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

A título de **conveniência e fomento ao comércio local**, o procedimento será contínuo, aberto à adesão de novos fornecedores enquanto o edital estiver vigente.

O **primeiro contrato firmado** terá vigência de **12 (doze) meses** a partir da data de assinatura. Os contratos firmados posteriormente terão **vigência coincidente** com o primeiro contrato, visando um melhor gerenciamento dos contratos pelo gestor, bem como para o manejo equitativo dos quantitativos e futura renovação conjunta. Os **preços atualizados semanalmente pela ANP** serão aplicáveis aos

contratos firmados e a firmar, e novos contratos seguirão o **último preço vigente**, mantendo uniformidade entre os credenciados.

A Administração poderá convocar os credenciados **a qualquer tempo** durante a vigência do edital para assinatura do contrato. O não comparecimento poderá resultar em **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções legais.

A prorrogação dependerá de **atesto da vantajosidade** pela autoridade competente, considerando as condições e os preços, sendo permitida a negociação com o contratado.

8.3. Do Reajuste do Valor

Tendo em vista que o objeto trata do fornecimento de bens inseridos em **mercado de natureza fluida**, com constantes oscilações de preços, e que a Administração utilizará como referência os preços **divulgados semanalmente pela ANP**, não há necessidade de fixar índice de reajuste contratual.

Nesse cenário, o **reajuste dos valores será automático**, aplicando-se a cada nova divulgação da tabela ANP, de forma a acompanhar fielmente o comportamento do mercado.

8.4. Justificativa da Limitação Geográfica

A limitação geográfica de até **10 km entre o posto credenciado e a Prefeitura Municipal** fundamenta-se em razões operacionais, econômicas, logísticas e de controle, conforme os seguintes argumentos:

a) Eficiência Operacional

Maiores distâncias implicam em aumento do tempo de deslocamento para abastecimento, impactando negativamente na disponibilidade dos veículos e nos custos operacionais.

b) Prontidão dos Veículos

Veículos utilizados em atividades essenciais, como ambulâncias, viaturas e veículos de fiscalização, devem estar sempre disponíveis. A proximidade do ponto de abastecimento garante **resposta rápida e contínua**.

c) Segurança

Deslocamentos longos aumentam o risco de **acidentes e imprevistos**, além de expor os condutores e veículos a possíveis situações adversas.

d) Controle e Monitoramento

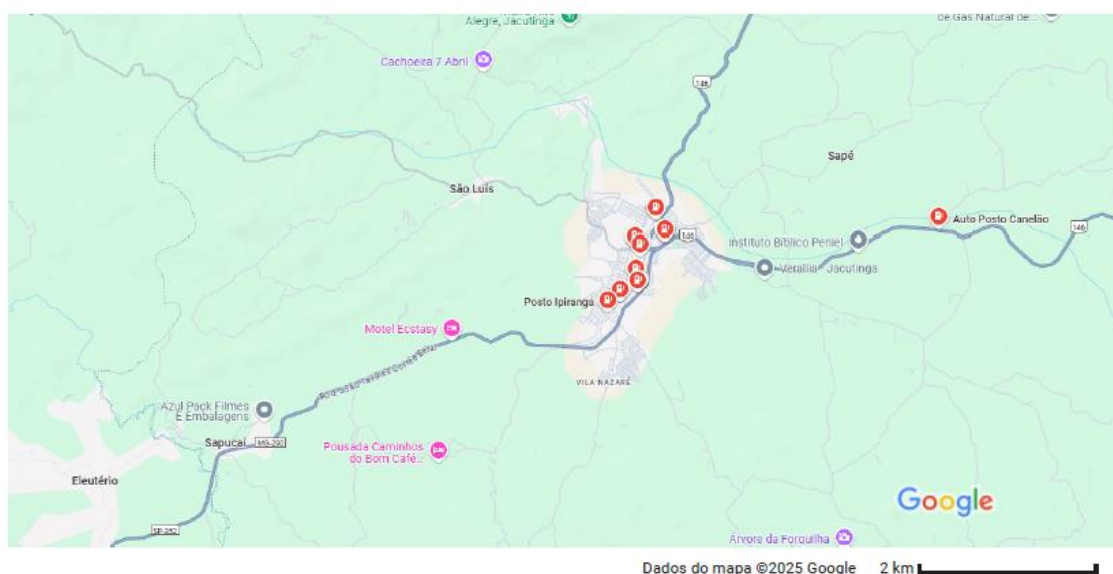
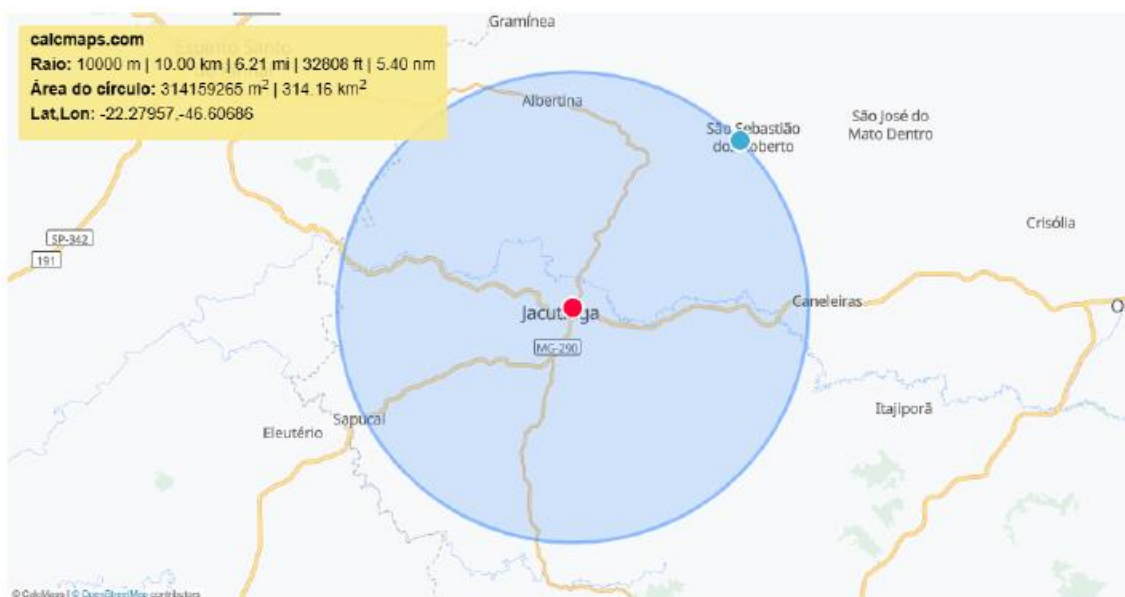
A menor distância facilita o **acompanhamento do abastecimento**, a conferência de dados e a atuação do setor de fiscalização e controle de frota.

e) Fiscalização Simplificada

Postos localizados nas proximidades permitem **auditorias mais frequentes e eficazes**, contribuindo para a transparência e o combate a irregularidades.

f) Redução de Custos

Menores distâncias reduzem o consumo de combustível e os desgastes dos veículos, além de otimizar o tempo de operação dos servidores envolvidos.



Portanto, a fixação do limite geográfico de **10 km** visa garantir a **eficiência, prontidão, segurança, economicidade e controle adequado** sobre o abastecimento da frota, atendendo aos princípios da Administração Pública e contribuindo diretamente para a **qualidade dos serviços prestados à população**.

9 - JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO QUANDO NECESSÁRIA PARA INDIVIDUALIZAÇÃO DO OBJETO

A natureza dos combustíveis automotivos permite sua segmentação em **itens distintos**, conforme o tipo de produto e a demanda da frota municipal.

Assim, é **tecnicamente viável e vantajoso** o parcelamento da solução por item, possibilitando a contratação de diferentes tipos de combustíveis separadamente, **sem perda de escala** e com **maior flexibilidade operacional**.

O parcelamento não compromete a economicidade nem a eficiência, já que os volumes podem ser ajustados conforme a demanda específica de cada Secretaria.

10 - PROVIDÊNCIAS PARA A ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO, SE FOR O CASO

Para garantir a efetividade do contrato, a Administração deverá adotar medidas organizacionais que viabilizem o cumprimento das obrigações por ambas as partes.

Como exemplo, sugere-se a criação de **grupos de comunicação direta** (como via e-mail ou aplicativos de mensagens) entre o setor responsável e os postos credenciados. Tais canais devem facilitar:

- Notificações sobre rodízio semanal;
- Comunicação de novos credenciamentos;
- Alerta sobre prazos e documentos obrigatórios.

Ressalta-se, porém, que a comunicação oficial deverá seguir os **meios formais previstos no edital**.

11 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes à presente demanda. O objeto é autônomo e **não depende de outras contratações simultâneas ou complementares**.

12 - IMPACTOS AMBIENTAIS

O fornecimento de combustíveis, por sua natureza, possui potenciais impactos ambientais relacionados a:

- Emissão de poluentes;
- Risco de contaminação do solo e da água em casos de vazamento ou má armazenagem.

Para mitigar tais riscos, os postos credenciados deverão:

- Cumprir **integralmente as normas ambientais vigentes**;
- Armazenar e transportar combustíveis de forma segura e conforme exigências da ANP e dos órgãos ambientais;
- Garantir o descarte adequado de resíduos e produtos contaminantes.

A Prefeitura incentivará, sempre que possível, o uso de **combustíveis menos poluentes**, em consonância com as políticas públicas de **sustentabilidade e preservação ambiental**.

13 - DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a contratação por credenciamento, pretende-se assegurar o **abastecimento contínuo, eficiente e descentralizado** da frota de veículos da Prefeitura Municipal e suas Secretarias, garantindo **melhor cobertura territorial, redução de riscos operacionais e otimização dos recursos públicos**. Espera-se também **ampliar a competitividade**, mantendo a **regularidade no fornecimento**, com fornecedores habilitados conforme a demanda, durante toda a vigência do contrato.

14 - VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO



Prefeitura Municipal de Jacutinga MG

ESTADO DE MINAS GERAIS

Estância Hidromineral - Capital Nacional das Malhas

CNPJ Nº 17.914.128/0001-63

Praça dos Andradas, s/n - Centro - CEP 37590-000 - Tel.: (35) 3443-1022 - www.jacutinga.mg.gov.br

Gestão 2025-2028



A contratação por credenciamento para fornecimento de combustíveis é viável técnica, operacional e economicamente, pois permite a seleção de múltiplos fornecedores qualificados, assegurando ampla cobertura geográfica e continuidade no abastecimento da frota municipal. Essa modalidade favorece a competitividade, possibilita flexibilidade para adesão de novos fornecedores durante a vigência e reduz riscos de desabastecimento, além de estar em conformidade com a legislação vigente, especialmente a Lei nº 14.133/2021.

15 - DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIA

Ficha	Exer. Fic.	Unid. Exec.	Funcional	Categoria	Fonte Recurso
427	2025	020504	12.364.1011.2103.0000	3.3.90.30.01	1.500.000



ANÁLISE DE RISCO

Secretaria/Setor requisitante:	Secretarias Municipais
Responsável(is) pela elaboração:	Alexandre de Carvalho Setor de Compras e Licitação Sec. Educação Caroline Fávaro Lopes Gestora de Compras e Licitações
Especificação do objeto:	Fornecimento de combustível automotivo, tipo gasolina, etanol, reagente arla, diesel comum e diesel S10, visando atender toda a frota do município de Jacutinga/MG, pelo período de 12 (doze) meses.
Especificação do objeto:	MATERIAL DE CONSUMO

1 – RISCOS - FASE DE PLANEJAMENTO

Risco 1	Especificação técnica e Estudos Preliminares deficientes.	
Probabilidade	Média	Dano potencial
		Contratação deficiente e em desacordo com a Lei.
Ação Preventiva		Responsável
Verificar se a contratação atende os anseios da administração.		Equipe de Planejamento da Contratação
Ação de Contingência		Responsável
Corrigir as deficiências detectadas e complementação das informações nos Estudos Preliminares.		Equipe de Planejamento da Contratação

Risco 2	Falha na elaboração do Termo de Referência.	
Probabilidade:	Baixa	Dano potencial
		Contratação irregular nos termos da Lei.
Ação de Contingência		Responsável
Revisão da forma de contratação.		Comissão de Contratação/Setor de Licitações e Secretaria M. de Assuntos Jurídicos

2 – RISCOS – GESTÃO E EXECUÇÃO DO CONTRATO

Risco 3	Fornecimento em desacordo com as especificações técnicas.		
Probabilidade:	Baixa	Dano potencial	
		Contratação em desacordo com o ETP e TR.	
Ação Preventiva		Responsável	

Por meio de equipe de fiscalização, verificar a execução conforme ETP e TR.	Gestor e Fiscal do Contrato
---	-----------------------------

Risco 4	Não assinatura do contrato.	
Probabilidade	Baixa	Dano potencial
		Atraso na contratação dos serviços. Custos para a Administração.
Ação Preventiva		Responsável
Verificação se o fornecedor reúne todos os requisitos habilitatórios exigidos.		Comissão de Contratação/Setor de Licitações
Ação de Contingência		Responsável
Possível anulação ou revisão dos atos.		Comissão de Contratação/Setor de Licitações

Risco 5	Comprometimento para o desempenho da atividade pelo servidor responsável pela autorização e pelo abastecimento dos veículos da frota.	
Probabilidade	Média	Dano potencial
		Comprometimento dos resultados esperados. Falhas na fiscalização do contrato.
Ação Preventiva		Responsável
Indicar servidores com conhecimento técnico na área do objeto do contrato.		Secretarias Municipais
Ação de Contingência		Responsável
Substituir fiscal não capacitado para a fiscalização do objeto contratado.		Secretarias Municipais

Risco 6	Prorrogação não vantajosa.	
Probabilidade	Média	Dano potencial
		Prejuízo ao erário.
Ação Preventiva		Responsável
Consulta semanal da tabela de combustíveis expedida pela ANP – Agência Nacional de Petróleo e Gás.		Secretarias Municipais

Risco 7	Não retenção dos valores dos impostos.	
----------------	---	--

Probabilidade	Baixa	Dano potencial
		Responsabilização subsidiária e substituição tributária.
Ação Preventiva		Responsável
Certificar-se dos percentuais e valores que deverão ser retidos de acordo com a legislação vigente.		Secretaria Municipal de Fazenda
Ação de Contingência		Responsável
Reter e enviar os valores para os seus respectivos destinos.		Secretaria Municipal de Fazenda

Avaliação Qualitativa dos Riscos

PROBABILIDADE DE RISCOS		
BAIXA	MODERADA	ALTA
Risco 2 Risco 3 Risco 4 Risco 7	Risco 1 Risco 5 Risco 6	

ANEXO II
MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUTINGA/MG

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM
ENTRE SI O MUNICÍPIO DE JACUTINGA E A EMPRESA

.....

O Município de Jacutinga, pessoa jurídica de direito público interno cadastrado junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 17.914.128/0001-63, com sede na Praça dos Andradas, s/n, Centro, CEP 37590-000, neste ato representado pelos Secretários Municipais, matrícula funcional nº, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), tendo em vista o que consta no Processo nº 126/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Credenciamento nº 09/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é o credenciamento de empresas para o fornecimento de combustível para a frota de veículos do Município de Jacutinga, nas condições estabelecidas no termo de referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Descrição do Produto	Qte	Unid.	Marca	Valor Unit.	Valor Total

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. o prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados a partir da data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogado na forma da lei 14.133/2021.

2.2. A prorrogação é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação para a realização dos serviços é de R\$..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

5.4. *A tabela da ANP será consultada semanalmente, e prevalecerá sempre o menor valor entre o preço de bomba praticado pelo posto e o valor médio divulgado pela ANP para o Brasil.*

Inclusive, se o posto revendedor, estipular preço diferenciado para pagamento a prazo e a vista, conforme art. 20, § 1º, da Resolução ANP nº 948, de 2023, deverá ser considerado, para a análise tratada aqui, O PREÇO PARA PAGAMENTOS À VISTA.

5.5. Os preços atualizados valerão a partir da terça-feira da semana seguinte a da divulgação dos preços pela ANP, ficando vigentes até a segunda-feira da próxima semana, totalizando 07 (sete) dias de fornecimento e assim sucessivamente.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Tendo em vista que o objeto trata do fornecimento de bens inseridos em mercado de natureza fluida, com constantes oscilações de preços, e que a Administração utilizará como referência os preços divulgados semanalmente pela ANP, não haverá índice de reajuste contratual.

7.2. O reajuste dos valores será automático, aplicando-se a cada nova divulgação da tabela ANP, de forma a acompanhar fielmente o comportamento do mercado.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. As obrigações da CONTRATANTE são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. As obrigações do CONTRATADO são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a

ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- der causa à inexecução parcial do contrato;
- der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- der causa à inexecução total do contrato;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- iv) **Multa:**
- (1) Moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 5 (cinco) dias;
- (2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 25% do valor do Contrato.
- (3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 25% do valor do Contrato.
- (4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 30% do valor do Contrato.
- (5) Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita na alínea “d”, de 15% do valor da contratação.
- (6) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 15% do valor do Contrato.
- 12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do **art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021**, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (**art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021**):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na **Lei nº 14.133, de 2021**, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na **Lei nº 12.846, de 2013**, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida **Lei (art. 159)**.

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.6.1.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.1.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.1.3. Indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Ficha	Exer. Fic.	Unid. Exec.	Funcional	Categoria
427	2025	020504	12.364.1011.2103.0000	3.3.90.30.01

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. *Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.*

16.2. *O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.*

16.3. *As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).*

16.4. *Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.*

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. É eleito o Foro da Comarca de Jacutinga-MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Jacutinga,de..... de 20....

Representante legal da CONTRATANTE

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS: 1-

2-

ANEXO III

CREDENCIAMENTO DE POSTOS DE COMBUSTÍVEL

FICHA DE INSCRIÇÃO

Por meio do presente, solicito inscrição no edital de credenciamento para o fornecimento de combustível para a frota de veículos do Município de Jacutinga, e declaro estar ciente de que a mesma implica a total concordância e cumprimento de todas as normas estabelecidas, bem como declaro, sob as penas da lei, a veracidade da documentação e informações por mim apresentadas.

DADOS GERAIS:

RAZÃO SOCIAL/NOME:		
CNPJ/CPF:		
E-MAIL:		
RG DO RESPONSÁVEL:		CPF DO RESPONSÁVEL:
DADOS BANCÁRIOS	BANCO:	
AGÊNCIA:	CONTA:	
PROFISSÃO:	ESTADO CIVIL:	
NACIONALIDADE	DATA DE NASCIMENTO:	
ENDEREÇO SEDE SOCIAL		
LOGRADOURO:		
Nº	COMPLEMENTO:	BAIRRO:
CIDADE:	CEP:	ESTADO:
Tel. Res. (com DDD):		Tel. Cel. (com DDD):

CREDENCIAMENTO PARA O FORNECIMENTO DE:

Descrição do Produto
ETANOL (ÁLCOOL) COMUM. Etanol (álcool), uso: para automotivos, classificação: comum.
GASOLINA COMUM. Gasolina, uso: para automotivos, classificação: comum, índice de octanagem: IAD 87 min.
ÓLEO DIESEL S-10 Óleo diesel, uso: automotivo, apresentação: com biodiesel, composição: concentração de enxofre 10 mg/kg.
ÓLEO DIESEL S500 Óleo diesel, uso: automotivo, apresentação: com biodiesel, composição: concentração de enxofre 500 mg/kg mg/kg.
REAGENTE ARLA 32. Solução, tipo: arla-32, composição: 32,50% uréia pura e água deionizada, apresentação: líquido.

Local, Data, Assinatura

ANEXO IV
CARTA COMPROMISSO

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUTINGA

declaro para os devidos fins que concordo em fornecer combustível para a frota de veículos do município de Jacutinga, estando ciente de que o fornecimento será de acordo conforme consta no edital de credenciamento 09/2025 e seus anexos.

(Local e Data)
Assinatura

ANEXO V
DECLARAÇÕES CONJUNTAS

A empresa _____ declara para os devidos fins que:

() inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no credenciamento, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

() está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que o valor da contraprestação compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

() cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

() não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

() não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

(data)

(nome, assinatura e CPF do representante da empresa)

ANEXO VI
REQUISIÇÃO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEL

Data da Autorização:

Nome do POSTO credenciado:

Nome do condutor (motorista) ou do operador do equipamento:

Identificação do veículo (placa) ou do equipamento:

Região:

Registro da distância percorrida do veículo até aquela data (hodômetro), se for caso:

Tipo de Combustível:	Quantitativo (Litros)		Preço da Bomba*
	Autorizado	Abastecido*	
Gasolina Comum			
Etanol Hidratado			
Óleo Diesel S500			
Óleo Diesel S10			
Valor Total Abastecido (R\$)*:			

Assinatura do responsável autorizador (sob carimbo):

Assinatura do gestor (sob carimbo)**:

Assinatura do motorista ou do operador do equipamento:

Data do abastecimento:

Assinatura do frentista:



MUNICIPIÓ DE JACUTINGA

PRAÇA DOS ANDRADAS, Nº SN - CENTRO - CNPJ: 17.914.128/0001-63

JACUTINGA/MG - CEP 37.590-000

FONE: (35) 3443-1022



CÓDIGO DE ACESSO

5A2BFC27F2A34846B26436643FFBDEF4

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://jacutingapmflowdocs.sgpcloud.net:8092/public/assinaturas/5A2BFC27F2A34846B26436643FFBDEF4>